



COMENTÁRIOS DA UGT AO
Documento de Trabalho da Comissão Europeia –
Consulta sobre a Futura Estratégia “UE 2020”

I. A Estratégia de Lisboa 2000

A Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000, surgiu num contexto específico em que a União Europeia enfrentava desafios importantes, resultantes do reforço da globalização, da sociedade do conhecimento e das perspectivas demográficas, tendo-se tornado, por conseguinte, importante traçar uma estratégia comum que permitisse à Europa enfrentar tais desafios, assegurando um crescimento forte e sustentado da Europa. Tal desenvolvimento deveria assentar em três pilares de igual importância – o económico, o social e o ambiental.

A UGT defendeu essa Estratégia, participando plenamente na sua implementação e acompanhamento no plano nacional, ainda que tenhamos sempre chamado a atenção para a insuficiência do envolvimento dos parceiros sociais nacionais nas múltiplas dimensões dessa Estratégia.

Após uma avaliação pouco satisfatória da implementação da Estratégia de Lisboa nos seus primeiros anos (2005) – cujos baixos níveis de implementação se ficaram a dever porventura mais, no entender da UGT, à pouca vontade política dos governos de muitos Estados-membros em concretizar tal Estratégia do que propriamente ao conteúdo da mesma – foram introduzidas algumas alterações que, em nossa opinião, foram em sentido errado.

Com efeito, as novas linhas directrizes vieram privilegiar a dimensão económica e a competitividade, relegando para um plano secundário o emprego, a dimensão social e a ambiental dessa Estratégia. Esta alteração terá igualmente contribuído para um enfoque na liberalização e flexibilização dos mercados de trabalho europeus a que assistimos em muitos Estados-membros, levando o desemprego, a precariedade e a segmentação a ganharem terreno. A Europa Social e as preocupações sociais inicialmente expressas assumiram um estatuto subsidiário.

Passados quase dez anos da adopção da Estratégia de Lisboa, e tendo presente o não cumprimento de muitos dos objectivos inicialmente a nossa avaliação global da Estratégia de Lisboa é de alguma decepção. Temos presente que, a partir de meados de 2008, a crise financeira e económica mundial veio tornar mais difícil essa tarefa, mas ainda assim consideramos que esta não foi a única responsável por tais resultados.

De assinalar contudo que se registaram progressos importantes ao longo dos últimos anos. No caso português, são de registar melhorias em áreas como a sociedade do conhecimento, através do Plano Tecnológico, a educação e a formação profissional, a aposta nas energias renováveis promovendo a diversificação das fontes energéticas, entre outras.

Contudo, o mesmo não poderá ser dito noutras áreas como o emprego, onde assistimos a um forte aumento do desemprego, ao aumento da precariedade laboral, a níveis muito elevados de assimetria na distribuição da riqueza e também a níveis de crescimento económico bastante reduzidos, num contexto em que a redução do défice orçamental foi assumido como um dos objectivos centrais das políticas económicas na maioria destes anos.

II. A UE 2020: Uma nova Estratégia para transformar a UE num Mercado Social mais inteligente e mais verde.

II.1. Comentários na generalidade

Este é um primeiro contributo da UGT, que pretende apresentar uma reflexão sobre este documento de trabalho apresentado pela Comissão Europeia bem como sobre os desafios colocados pela presente crise económica.

A UGT espera, assim, que lhe seja dada a oportunidade de prosseguir e aprofundar a reflexão e de continuar a dar o seu contributo ao longo do processo de elaboração desta nova Estratégia 2020, nomeadamente no plano nacional. Nesse sentido, entendemos que caberá à Comissão Europeu desenvolver os adequados mecanismos e instrumentos que garantam o envolvimento dos parceiros sociais nos planos nacionais, tendo em conta obviamente as práticas e sistemas de cada um dos Estados-membros.

Atendendo aos resultados da Estratégia de Lisboa mas também à complexa situação económica e social com que se defronta a União Europeia, impõe-se efectivamente uma mudança de estratégia para o desenvolvimento da União Europeia.

Se, em 2002, se começava a desenhar o início de uma crise económica e social com repercussões nefastas, em especial em relação ao aumento do desemprego generalizado, em 2008 defrontámo-nos com uma realidade ainda mais preocupante, com a crise financeira

originada por fenómenos meramente especulativos nos Estados Unidos e cujos efeitos se fizeram rapidamente sentir em todo o mundo, gerou-se uma situação de recessão financeira geral e uma profunda crise económica e social, atingindo não só a União Europeia, como outras economias desenvolvidas e em vias de desenvolvimento.

Dois dos principais resultados desta crise foram uma nova subida do desemprego de forma generalizada e o endividamento excessivo das famílias, que se viram a braços com situações financeiras incomportáveis, chegando mesmo muitas delas a perder as suas habitações, devido a uma subida em flecha das taxas de juro.

Esta é portanto uma crise que tem vindo a afectar a generalidade dos trabalhadores, embora obviamente sejam os mais precários os que se encontram mais susceptíveis de perder os seus empregos. Por outro lado, os trabalhadores auferindo salários baixos são também aqueles encontram mais dificuldades para manter a sua própria subsistência e a das suas famílias. Assistimos, assim, ao emergir de um fenómeno extremamente preocupante, o dos trabalhadores pobres, que apesar de desenvolverem o seu trabalho de uma forma regular e a tempo inteiro, não conseguem dar resposta aos encargos financeiros assumidos ao longo dos anos que antecederam esta crise.

Qualquer estratégia a ser delineada terá que ter em vista o horizonte 2020, mas terá igualmente que integrar respostas de curto prazo para a saída da crise e principalmente, para a grave situação actual com que se confrontam os trabalhadores europeus.

Impõe-se, assim, que os objectivos prioritários desta nova Estratégia passem pelo aumento do emprego, com vista ao pleno emprego e ao trabalho digno (na sua concepção OIT) para todos os trabalhadores, pela redução do desemprego e da precariedade laboral.

Também no plano dos rendimentos, a Estratégia não deve descurar o papel dos salários não só como instrumento combate à pobreza e à exclusão social, como também enquanto mecanismo de relançamento económico, promovendo o consumo e a confiança das famílias. Este foi um aspecto fortemente negligenciado no decurso dos últimos anos e que conduziu não só a elevados níveis de desigualdade na distribuição da riqueza entre os trabalhadores mais pobres e os trabalhadores mais ricos, mas também a uma perda constante do peso dos rendimentos do trabalho no total de rendimentos gerados pela economia.

O documento apresentado pela Comissão como proposta de reflexão para a construção de uma nova estratégia a desenvolver até ao ano de 2020 dá conta da gravidade da crise generalizada que o mundo defronta presentemente e aponta soluções para um caminho futuro, baseadas em 3 pontos prioritários:

- **Criar valor baseando o crescimento no conhecimento**, realçando o papel fundamental do investimento em educação, em investigação e na economia digital.

- **Capacitar as pessoas em sociedades inclusivas**, apostando na aquisição de novas competências, no fomento da criatividade e da inovação, no desenvolvimento do empreendedorismo e assegurando transições fáceis entre diferentes trabalhos.

- **Criar uma economia competitiva, interligada e mais verde**, aumentando a produtividade através de um consumo mais reduzido e eficaz das energias não renováveis, da modernização e interligação das infra-estruturas, da redução dos encargos administrativos e da aceleração da penetração das inovações no mercado.

Consideramos que estes pontos têm toda a pertinência para a construção de uma Europa mais forte, inovadora e sustentável. É essencial garantir que a Estratégia UE 2020 capacite os Estados-membros para a sua implementação, atendendo às situações e pontos de partida bastante díspares entre eles, mas sem deixar de ter em linha de conta um conjunto de objectivos globais que por todos devem ser prosseguidos.

Apesar da relevância daqueles três eixos, considera-se que o texto apresenta lacunas bastante relevantes. Desde logo, relativamente a uma previsão da evolução das dimensões económica e social na Europa, para os próximos 10 anos, e de quais serão as verdadeiras repercussões da crise para esse período. Sem uma estimativa desta natureza será mais difícil desenhar uma estratégia a médio prazo.

Há desafios que continuam presentes e que exigem respostas: as alterações demográficas e, em especial, o envelhecimento da população e a redução da população em idade activa, a crise ambiental, a consolidação orçamental, etc.

Há, ainda que ter em conta que as previsões apontam para taxas de desemprego porventura ainda mais elevadas do que as que se verificavam no período anterior à crise e ao maior número de grupos mais fragilizados perante este fenómeno. Da análise do documento da Comissão não são claras as respostas ao problema nem o modo como este se equaciona nas três grandes áreas identificadas.

Parece-nos que uma vez mais, a Europa Social está a ser secundarizada, o que é inaceitável por si só, mas também perante a constatação de que o anterior modelo económico – em que as vertentes económica e financeira foram assumidas como centrais, em detrimento do social e das pessoas - se revelou um fracasso, com riscos e impactos muito graves para o bem-estar dos cidadãos.

Curiosamente, é pertinente relevar que foram precisamente o Welfare State, os serviços públicos e governos mais interventivos (uma abordagem económica mais Keynesiana) que assumiram o papel de estabilizadores automáticos perante a crise mundial, evitando na União Europeia uma recessão mais profunda ou mesmo uma depressão e atenuando os impactos negativos sobre trabalhadores, desempregados e cidadãos em geral.

O reforço da dimensão social da Europa tem, por conseguinte, de estar no centro de qualquer estratégia de desenvolvimento que venha ser definido para os próximos anos para a UE e os seus Estados-membros.

O Pacto da OIT coloca o emprego e os salários no centro da estratégia para a retoma económica. Há que dar prioridade ao emprego, aos direitos dos trabalhadores, à protecção social, à qualidade dos serviços públicos e à sustentabilidade económica, como forma de quebrar o radicalismo dos mercados livres, que estiveram na origem da presente crise. Esta estratégia deverá ser assumida pelos Governos, com um contributo efectivo por parte do mundo sindical nas estruturas consultivas e de governança, no âmbito deste processo.

II.2. Observações na Especialidade

Para além das observações atrás referidas e da nossa concordância na generalidade com as questões apresentadas no documento, para a UGT existem algumas matérias que devem ser integradas e/ou reforçadas face ao que nos é dado a conhecer neste documento.

Para a UGT assume especial relevância:

1) O reforço da dimensão social.

Esta é, como já referido previamente, uma questão nuclear para o desenvolvimento europeu. O desenvolvimento de sistemas sociais fortes passa, nomeadamente, pelo/a:

- Existência de sistemas fortes de protecção no desemprego que assegurem a qualidade de vida dos desempregados nas situações de transição.
- Melhoria da quantidade e da qualidade dos empregos.
- Reforço do diálogo social nos vários níveis, promovendo nomeadamente o envolvimento dos Parceiros sociais em todo o processo ligado à Estratégia UE 2020.
- Reforço das medidas de combate à pobreza e à exclusão, que hoje afectam múltiplos grupos e assegurar pensões que permitam uma vida digna.
- Existência de Serviços públicos de qualidade e universalmente acessíveis, atendendo nomeadamente ao seu papel enquanto facilitador da inclusão social.

- Melhoria da protecção social em geral e assegurar a sua articulação com as políticas activas de emprego.
- Melhoria das Políticas Activas do Mercado de Trabalho, já que a prioridade deverá ser a manutenção dos empregos existentes e a criação demais e melhores empregos, no sentido da promoção do emprego digno.

Reforçar a dimensão social da Europa implica igualmente reforçar e melhorar o diálogo social em todos os planos: europeu, nacional, sectorial, ao nível da empresa, mas também transfronteiriço. Este é um desafio central, especialmente num contexto em que a adaptabilidade interna se torna cada vez mais necessária.

2) Mercados de trabalho mais justos e equitativos

A existência de mercados de trabalho com empregos mais estáveis e protegidos, com salários justos, com formação ao longo da vida para todos os trabalhadores, com igualdade de tratamento, mercados não discriminatórios e mais inclusivos são, em nosso entender, objectivos fundamentais. O trabalho digno e a qualidade do emprego não são de forma alguma incompatíveis com uma economia mais competitiva; pelo contrário, são factores dinamizadores de uma economia mais forte e sustentável.

O Modelo Social Europeu tem sido um elemento muito importante no progresso da UE, devendo continuar a sê-lo. Nesse sentido, deverá ser reforçado, adequando-se às novas realidades económicas e sociais.

A crise actual veio demonstrar que os mercados de trabalho europeus já são muito flexíveis, ainda que, por vezes, tal flexibilidade decorra de factores negativos como a precariedade laboral, a contratação a termo, o trabalho temporário. Veio também demonstrar que existem mecanismos e soluções alternativas ao despedimento que passam nomeadamente pela redução do tempo de trabalho, pela suspensão temporária de contratos, que trazem benefícios inequívocos, quer para os trabalhadores, quer para as empresas. Mas tais mecanismos de adaptabilidade interna exigem um forte diálogo entre as partes, exige a presença dos sindicatos nas empresas. Nesse sentido, há claramente que reforçar a implicação e participação dos trabalhadores e dos seus representantes nos vários níveis.

A educação e a formação ao longo da vida são pilares de qualquer estratégia de promoção de um crescimento mais inteligente, que aposte na I&D e em tecnologias mais limpas. A formação deve ter como objectivo capacitar todos os trabalhadores para melhor enfrentarem os desafios

de tal desenvolvimento, promovendo globalmente empregos de melhor qualidade, mais produtivos e melhor remunerados.

O reforço das políticas activas de emprego é igualmente essencial. Contudo, importa ter presente que o combate aos elevados níveis de desemprego que a Europa enfrenta implica actuar também sobre o lado da oferta de empregos, ou seja, de políticas económicas que promovam que promovam mais empregos, reforçando investimentos públicos em áreas como os serviços públicos.

3) O combate à pobreza e à exclusão social e a promoção de uma repartição mais justa de rendimentos

Como já referido na análise na generalidade, a pobreza e a exclusão social são incompatíveis com um “mercado social mais inteligente e mais verde” e acrescentaríamos mais justo e equitativo.

Entendemos que o emprego é um primeiro passo para a inclusão, mas ainda assim é insuficiente devendo ser claramente associado a políticas que promovam a qualidade do emprego, a políticas de protecção social, especialmente nos períodos de transição, e a serviços públicos universais, acessíveis a todos.

4) Algumas medidas específicas de combate à crise

Em Março de 2009, a Confederação Europeia de Sindicatos elaborou a **Declaração de Londres**, dirigida aos dirigentes e governos de todo o mundo com vista ao combate à recessão, à criação de mais empregos, à regulação financeira e à governança global. Consideramos que haverá toda a pertinência em que esta nova estratégia tenha por base, nomeadamente os seguintes objectivos:

- i) Uma recuperação internacional coordenada e um plano de crescimento sustentável para a criação de empregos, assegurando o investimento público*

Esta recuperação deverá passar nomeadamente por uma coordenação de políticas fiscais não só a nível Europeu, mas igualmente a nível mundial, visando impulsionar a economia; pelo direccionar da despesa pública para o crescimento económico e a criação de emprego; investir numa economia mais verde, de baixo carbono, como as energias renováveis, a eficiência energética, que por sua vez conduzirão à criação de empregos de alta qualidade, em múltiplos sectores.

- ii) Criação de novas regras para os mercados financeiros globais*

A Estratégia de desenvolvimento futuro tem que apresentar uma resposta àqueles que são os grandes desafios mundiais, sobre os quais a UE deverá ter uma intervenção forte. Estas regras passam, por exemplo, pela nacionalização dos bancos mais frágeis como a única forma de restabelecer a confiança e de assegurar que os contribuintes têm acesso aos benefícios provindos dos ganhos após a crise; pela reforma do sistema financeiro internacional, promovendo uma maior transparência e participação e combate aos paraísos fiscais ou ainda pela protecção das pensões dos trabalhadores, assegurando mecanismos que garantam reformas dos trabalhadores que se aproximam da idade de aposentação, que vêem as suas reformas ameaçadas pela crise perante a quebra ocorrida na sequência da crise (nos regimes privados, especialmente).

iii) Acção visando o combate ao risco de deflação salarial e o revés de décadas de desigualdade crescente

A prioridade deverá ser colocada no mercado de emprego, de forma a prevenir o agravamento da diminuição dos salários. O aumento dos salários mínimos assume neste ponto uma importância fundamental, como a única forma de assegurar o trabalho digno para todos e a eliminação dos trabalhadores pobres.

Há que alterar a cultura de gestão de curto prazo das empresas, em que os dirigentes beneficiam de rápidas ascensões nas carreiras, acompanhados de elevados aumentos salariais, prémios e outros benefícios. Este tipo de riscos tomados pelos empresários esteve na origem da crise, colocando em risco o emprego dos trabalhadores mais precários e, conseqüentemente, a sua subsistência de milhões de trabalhadores, bem como a das suas famílias. Impõe-se o reforço da segurança dos trabalhadores, dos seus direitos e da sua participação e consulta na gestão empresarial.

iv) Acção de longo alcance em matéria de alterações climáticas;

A base para um acordo global em matéria de alterações climáticas passa em primeiro lugar pelo estabelecimento de um conjunto de objectivos comuns a este nível. Os Governos terão que assumir o compromisso de efectivo cumprimento dos objectivos estabelecidos, sendo que as responsabilidades a este nível deverão ser partilhadas, de acordo com nível de desenvolvimento económico e social de cada país. Neste sentido, os países mais desenvolvidos deverão prover apoio financeiro aos países mais pobres, de forma que também eles possam cumprir os seus compromissos.

13/01/2010

